

ENSINO DE CIDADE: LUGAR E CIDADANIA

Eunice Isaias da Silva¹

Resumo: A cidade é um conteúdo, que perpassa todas as fases do Ensino Básico e pode ser objeto de estudo por meio de várias categorias, escalas, metodologias. Este trabalho contém os resultados parciais de uma investigação sobre a possibilidade de estudar conteúdos de Geografia escolar com a mediação de charges e tiras de quadrinhos. A partir do pressuposto de que diversos conhecimentos da dinâmica do espaço urbano/cidade representados nesses produtos culturais podem motivar o debate crítico, definiu-se o objetivo de refletir acerca do potencial de tais imagens e discursos para consolidar conceitos relativos à geografia da cidade, aos lugares da cidade e cidadania. A proposta é, pois, contribuir para o ensino de Geografia, com ênfase na vivência do cotidiano da cidade.

Palavras-chave: ensino de cidade; lugares da cidade e cidadania; cidade e educação; Geografia da cidade.

EDUCATION CITY: PLACE AND CITIZENSHIP

Abstract: The city area is a content that is present in all phases of the Elementary Teaching, and can be the object of study through various categories, degrees and methodologies. This work has the partial results of an investigation on the possibility of studying scholar geographic contents through the mediation of comics and comic strips. Based on the presuppose that several knowledge of the urban/city space dynamic represented on these cultural products can motivate the critical debate, it was defined the goal to reflect about the potential of such images and discourses to consolidate concepts related to the geography of the city, the places of the city and citizenship. The proposal is, thus, to contribute to the Geography teaching, with an emphasis on living the life of the city.

Keywords: the city teaching; the places of the city and citizenship; the city and education; Geography of the city.

CIDADE E CIDADANIA

A cidade: a casa e a rua; o público e o privado; o centro de decisões políticas; o palco das realizações humanas; as luzes; o movimento; o paraíso do consumo. É na cidade que se encontra, no presente, a maior parte da população mundial e, nesse pulsar humano-urbano, consolida-se a tendência de tudo se tornar mercadoria.

¹ Professora de Geografia do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação – Universidade Federal de Goiás (Cepae-UFG). euniceisaias@gmail.com

Para conhecer a cidade não basta observá-la, é preciso senti-la, vivê-la. É preciso também despender tempo no seu estudo, para evitar reduzir o que é ensinado ao sentido expresso no adágio popular: “as aparências enganam!” – isto é, a essência pode estar camuflada pela aparência. A escola e o ensino de Geografia necessitam ter, como metas prioritárias, o estudo e o conhecimento da cidade para facilitar o seu desvendamento e estimular uma maior participação popular e a presença objetiva das pessoas na cidade (SILVA, 2007, 2010).

Na cidade, as pessoas vão traçando o seu cotidiano, inventando-o por meio de aspirações, sonhos, realizações, desejos, trabalho, construções, associados aos medos, decepções, frustrações, desemprego, destruições. A cidade é o local do encontro e do desencontro; dos achados e perdidos; das comemorações e lamentações, das idas e vindas, do falar e do calar. A cidade e o espaço urbano expressam as contradições dialéticas da existência humana (SILVA; CAVALCANTI, 2008).

Às vezes, a palavra cidade é usada como sinônimo de espaço urbano. Contudo, para a ciência geográfica, os significados de cidade e de espaço urbano, embora estejam imbricados, não são a mesma coisa. Espaço urbano diz respeito à prática social e suas relações contraditórias. É a essência das relações sociais urbanas. Lefebvre (1976) argumenta que o urbano se manifesta, tanto no negativo da dispersão, segregação, como na exigência do encontro, da reunião, da informação. Já a cidade é a forma, a aparência das relações sociais, a paisagem urbana. A cidade é um lugar geográfico, para os seus cidadãos. Cavalcanti (2001) explicita esse conceito, ao afirmar que “a cidade é um espaço geográfico, é um conjunto de objetos e de ações, mas entendendo que ela expressa esse espaço como lugar de existência das pessoas, não apenas como arranjo de objetos, tecnicamente orientado”. A cidade é, pois, o espaço vivido, um lugar que tem significação para quem o habita. A cidade é a materialização das relações sociais urbanas, a manifestação concreta de suas contradições e diferenças. Portanto, no âmbito da Geografia, cidade e espaço urbano são conceitos distintos, mas não contraditórios. Essas duas dimensões relacionam-se dialeticamente na constituição da totalidade.

Monbeig (2004, p. 293) reconhece que “a cidade não é apenas um conteúdo; é o resultado do trabalho dos homens, abriga-os e os faz viver.” Para esse autor, o vaivém das pessoas rumo às diversas atividades urbanas (trabalho, escola, lazer, compras) constitui a pulsação da cidade.

De modo semelhante, Certeau (2001) considera a cidade o lugar de apropriações e transformações, tanto individuais como sociais. É no cotidiano que se constitui a identidade social, o reconhecer-se na cidade, por meio da convivência com as outras pessoas. A cidade é composta de lugares para o uso coletivo e uso pessoal, que estão sempre sendo criados e recriados. Nela, ainda, se realizam as decisões públicas e privadas.

Ao falar da construção da cidade, Lefebvre (1976, 2006) coloca-a como uma obra de arte, uma criação humana. Porém, ele ressalta o problema da privatização dos espaços da cidade e o uso do seu solo, transmutado em mercadoria. A seu ver, a garantia do direito à cidade é uma necessidade vital para o ser humano. Essa é uma condição imprescindível para a prática da cidadania, que se relaciona com direitos e deveres no cotidiano da cidade. O direito à cidade não pode se resumir apenas ao habitar; entretanto, esse é um aspecto relevante, porque se trata de uma condição à qual nem todos ainda têm acesso, principalmente nos chamados países do Sul, ou países pobres, do ponto de vista da economia. É importante, também,

poder usufruir dos lugares da cidade, interferir na sua realidade, participar das decisões políticas, assim como ter direito à diferença, sem a desigualdade social. O respeito à individualidade origina uma sociedade plural. A pluralidade implica, além de conhecer-se, reconhecer e manter a diversidade cultural, para não incorrer no equívoco da homogeneização, que é autoritária e aniquila a criatividade. Para tanto, é necessário conhecer a cidade, a sua singularidade e a sua globalidade. Braga e Carvalho (2009, p. 15) asseguram que

a cidade deve ser [...] o lugar do exercício pleno da cidadania. Isso significa que, não só a cidade deve proporcionar as condições para que o ser humano se desenvolva material e culturalmente, mas que a própria cidade deve ser fruto do desejo e obra de todos os seus cidadãos. Assim, a política de desenvolvimento urbano deve ser fruto desse exercício.

Desta forma a cidade deveria ser o lugar privilegiado para se exercer a cidadania, no entanto, não é o que se constata nas práticas socioespaciais da cidade. Os impasses e diferenças sociais de seus habitantes aprofundam as separações e distanciam as pessoas, enquanto impõem outro ritmo de vida. Assim, o cotidiano urbano determina um modo de vida que se baseia em determinados modelos de cultura e comportamento.

Seabra (2004, p. 190) distingue a categoria *tempo* como um dos fatores a induzir as mudanças no modo de vida. O autor preconiza que, na cultura capitalista, a maneira de se organizar quanto ao uso do tempo influenciou nas configurações de uso do espaço. Com essa compreensão, Carlos (2004, p. 22) confirma que “o tempo se acelera em função do desenvolvimento da técnica – que requer a construção de novos espaços – que vai modificando as relações dos habitantes com o lugar e no lugar, redefinindo a prática socioespacial.”

O estilo de vida urbano não se restringe apenas à cidade. Ele se dissemina, segundo explica Alves (2000, p. 135): “o urbano, enquanto um processo de tendência global reproduz-se e/ou constitui-se para além dos espaços territoriais da cidade, invadindo o campo, as zonas rurais e o antigo modo de vida, mas é nas cidades que é mais bem percebido.” Os instrumentos do sistema de comunicação, destacadamente a TV, são agentes disseminadores desse modo de vida urbano para todos os recantos da sociedade.

O modo de vida urbano e as disparidades sociais e econômicas da cidade elaboram um espaço fragmentado, que se articula em uma cidade una, porém desigual e contraditória. Na concepção de Alves (2003, p. 54), isso se deve pela cidade ser resultante de características que se realizam por suas próprias contradições. Segundo a autora, “os espaços, que aparentemente se independentizam fazem parte de um todo que, em sua essência, é contraditório e, que ao mesmo tempo, promove a integração e se realiza pelas diferenças.” Um caso que ilustra o que foi expresso é o dos grandes condomínios fechados, que suprem sua necessidade de trabalhos domésticos com mão de obra de além-muros.

Sob esse enfoque dialético, a cidade é o lugar tanto do divertimento como da contestação, da vida privada e da vida pública, em que o cotidiano se consolida nas múltiplas relações produzidas dia-a-dia. Nessa efervescência do viver urbano, a cidadania é uma possibilidade a ser construída diuturnamente pela sociedade.

O conhecimento da cidade é um instrumento vital na luta pela cidadania e na constituição desta. Em vista dessa constatação, torna-se evidente que a escola pode ter um papel fundamental na formação de conceitos para se viver na cidade e muitos

agentes dela podem ser parceiros nessa batalha (sindicatos, igreja, associações). As várias disciplinas, entre elas, a Geografia escolar, têm muito a contribuir para o efetivo exercício da cidadania.

A CIDADE E A GEOGRAFIA ESCOLAR

Para Bellot (2002), Cavalcanti (2001, 2004), Gomes-Granell e Vila (2001) e Vintró (2001), a abordagem da cidade pode assumir três formas, no contexto educacional, sintetizadas nos seguintes tópicos temáticos:

- Aprender na cidade – A cidade como *locus* da educação – Ver a cidade como o lugar no qual se estuda.

- Aprender a cidade – A pedagogia da cidade. Ter a cidade como conteúdo de ensino.

- Aprender da cidade – A cidade como pedagogia. Cidade como agente educador - cidade educativa.

Essas três dimensões em que se pode realizar o estudo de cidade não são excludentes. Embora distintas, elas podem ser abordagens inter-relacionadas, para mediar a complexidade da relação ensino-aprendizagem.

Em consonância com essa compreensão, a educadora espanhola Vintró (2001) divulgou a realização de um projeto específico da cidade de Barcelona, denominado “Cidade Educadora”, afirmando ter sido um processo participativo, reflexivo e com compromisso de ação do administrador e de toda a sociedade. A propósito do conceito de cidade educadora, Bellot (2002) alerta que ele deve ser empregado a partir de um projeto empreendido pelo administrador local e com o envolvimento do coletivo da cidade e de seus agentes. Ela chama a atenção para o fato de que, como todas as cidades são repletas de atividades que educam, devem ser consideradas educativas. O próprio modo de vida e a convivência urbana são educativos.

A escola não é o lugar exclusivo do processo de ensino-aprendizagem, como também nem sempre é o melhor local para que determinadas relações educativas aconteçam. Afinal, é impossível a escola lutar sozinha contra o individualismo, o consumismo, a violência, o desrespeito ao ambiente. É imprescindível o envolvimento de outras instituições e agentes da cidade que pensem a construção de uma cidadania com a garantia dos direitos individuais e coletivos, para que estes deixem de ser tratados como privilégios de alguns.

É necessário resgatar os espaços públicos e torná-los acessíveis para todos os cidadãos, estimulando o desenvolvimento do espírito coletivo, solidário e o respeito mútuo, para que se possa alcançar uma convivência mais tranquila e fraterna na cidade. O próprio padrão ambiental urbano, a estética, os eventos culturais, sociais e políticos, os espaços de lazer da cidade podem contribuir para o viver com mais dignidade. Para tanto, esses espaços precisam ser mais bem dimensionados, descentralizados e com fácil acesso para os cidadãos. Como o processo educacional acompanha toda a vida, seria interessante que essa aprendizagem pudesse ocorrer, em determinados momentos e lugares da cidade, por meio de encontro cordial de pessoas de diversas faixas etárias, diferentes condições sociais e culturais.

Um dos aspectos educativos da cidade é a convivência com a diversidade. Não se deve pretender uma cultura homogênea, por mascarar as diferenças de identidades e provocar segregações. A cidade é para todos e nela deve caber o

mundo com suas peculiaridades. É o movimento dialético entre o local e o global. E isso também pode ser aprendido na escola.

Mesmo considerando que a escola não pode ser a única responsável pela educação e que esta não é o fator preponderante para superar os desafios culturais e econômicos de uma sociedade globalizada, ambas podem ter papel importante contra a exclusão social. Por isso, a educação formal deve ser um direito de todos e ter, de fato, prioridade nas ações de todos os governantes. Desse modo, a sociedade da era da informação exige a urgente revalorização da escola e de seus profissionais, bem como a atualização de métodos e conteúdos de ensino. A educação escolar precisa trabalhar temas mais significativos para os alunos, que os estimulem a almejar uma consciência crítica, a praticar mais democracia, a acreditar no valor de participação nas decisões políticas do lugar em que vivem e a lutar por isso.

A cidade, seja como *locus*, conteúdo ou agente educativo, dispõe de temas que perpassam todas as fases do ensino básico e podem ser estudados praticamente em todas as disciplinas escolares, embora requeiram um tratamento especial na Geografia. Portanto, a cidade possibilita trabalhos multidisciplinares e interdisciplinares e é um conteúdo essencial na formação da cidadania, porque um dos primeiros requisitos para sua consolidação é o conhecimento do lugar e o reconhecimento do seu direito de frequentar os lugares públicos da cidade e de interferir na sua construção.

Foi com essa visão que se produziu uma pesquisa acadêmica, que inclui a proposta de discutir sobre o ensino geográfico da cidade. A pretensão é pensar esse ensino mediado por conteúdos significativos para os estudantes, com o propósito de contribuir com informações sobre a cidade e para o debate sobre cidadania. Esta proposta está apoiada na convicção de que a formação qualitativa dos cidadãos permitirá melhores experiências e experimentações na cidade, para vivê-la intensamente, desfrutar de seus lugares e possibilidades.

O emprego de tiras de quadrinhos e de produções similares pretende demonstrar como recursos alternativos são capazes de proporcionar a reflexão sobre a cidade e apresentam potencial para mediar a construção de conceitos de Geografia Urbana sob diversos aspectos.

LUGARES DA CIDADE E CIDADANIA

O conceito geográfico de lugar reporta-se à proximidade, ao conhecimento, à identidade. O lugar tem significado, sentido, odor, cor, som. Ele é impregnado de recordações, de símbolos, de lembranças boas e ruins. Essa concepção subentende uma relação com o cotidiano e faz referência à subjetividade, ao “eu”. Portanto, a noção de lugar é carregada tanto de afetividade, que pode beirar ao sentimento de paixão, como ao de reação negativa. No lugar, a pessoa conhece e se reconhece, tem identidade e sensação de pertencimento. Carlos (1996, p. 20) descreve-o como “o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo”. Pode ser a rua, a praça, o comércio e o bairro, no uso que deles fazem moradores e frequentadores, com afeto, emoção e outros sentimentos que lhes dão sentido e significado. Nesta óptica, as localidades urbanas, pelos significados atribuídos pelos seus frequentadores, podem tornar-se *lugar* – um conceito geográfico.

O lugar tem maior visibilidade nas cidades de menor porte do que nas metrópoles, visto que nestas há o predomínio da lógica do movimento rápido, de relações impessoais, com a prioritária circulação de carros que, às vezes, chega a

dificultar ou até impedir o trajeto dos pedestres. Quantas praças, hoje vazias, no passado tiveram movimento e presença humana! Qual a razão desse destino? Será que resulta da velocidade da moderna urbanização, que modifica características, funções e sentidos de determinados locais urbanos? E as construções urbanas concebidas para perpetuar o isolamento e a ausência de convivência entre os moradores da cidade?

Estudar a cidade na escala do lugar é indispensável e, como um conteúdo a ser discutido na sala de aula, certamente será significativo para os estudantes. Cavalcanti (2002, p. 59) assim considera: “Esse tema de estudo da cidade aponta para o direito do cidadão de viver na cidade, circular pela cidade e seus lugares, de usufruir desses lugares”. É imprescindível ao cidadão aprender a ir e vir pelos lugares da cidade e exercer esse direito. Para a autora,

o Lugar torna-se conceito relevante para o pensamento, enquanto categoria da análise espacial, análise geográfica, e também uma perspectiva metodológica, na medida em que se considera que uma maneira adequada de trabalhar no ensino é partir do Lugar, considerando a realidade concreta do espaço vivido dos alunos e professores (sujeitos do processo). O Lugar deve ser referência constante para se encaminhar as atividades de ensino de Geografia (CAVALCANTI, 2009, p. 144).

O lugar é um conceito fundamental como categoria geográfica. Deve-se analisá-lo inserido em um contexto mais amplo, que envolva uma maior complexidade de relações em escala mundial, que apresente homogeneização e diferenciação. Isso significa que cada lugar é único, mas ao mesmo tempo tem características globais. Carlos esclarece que

a globalização materializa-se concretamente no *lugar*, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, numa perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem, todavia, anularem-se as particularidades (1996, p. 15, grifo da autora).

“Cada lugar é, à sua maneira, o mundo”, afirma Santos (1996, p. 252). Segundo o autor, o processo de construção da globalidade se estabelece relacionado com a permanência da individualidade; afirma ainda que “o mundo se encontra em toda parte”. O autor considera, assim, que a dimensão do local e as particularidades do cotidiano oferecem novas possibilidades de análise dos significados dos lugares geográficos. O lugar e o mundo relacionam-se dialeticamente, contrapondo-se, confundindo-se, separando-se, unindo-se. Essa dinâmica pode ser percebida nas inovações e resistências presentes nas relações espaciais cotidianas.

Na relação habitual com o lugar (ou lugares), os cidadãos fazem suas leituras de acordo com a sua formação cultural, portanto a escola tem a responsabilidade de colaborar para uma visão mais apurada e crítica da realidade que cada um vivencia. Segundo essa percepção, existem aspectos subjetivos que explicam algumas situações de apego ou não a determinados lugares e isso vai além da racionalidade científica. Essa afirmação pode ser exemplificada pela resistência comumente demonstrada por algumas pessoas quando são incitadas a

sair de lugares classificados como áreas de risco, insalubres e inadequadas à sobrevivência. Se eles vivem ali há muito tempo, têm laços de amizade, visto que estabeleceram convivência com os vizinhos e construíram sonhos individuais e coletivos. Portanto, como sair para o desconhecido mesmo com a promessa de que será melhor? E melhor em que sentido? Como se reconhecer no outro lugar que não tem uma história significativa para elas, que é diferente daquele que ficou para trás?

A história de um lugar é escrita pelas relações cotidianas das pessoas que ali vivem. Elas vão constituindo os diversos lugares da cidade, que é composta por lugares públicos, como ruas, praças, parques e instituições públicas, e também por lugares privados, que têm na casa seu melhor exemplo. Todavia, muitos lugares públicos passam pelo processo de privatização, tornando-se prerrogativa de poucos, deixando de ser direito de todos. Por outro lado, é comum ver os lugares públicos serem tratados com descaso, como se não tivessem dono, não pertencessem a ninguém, carecendo de cuidados do poder público e da população em geral. Vale lembrar aqui a situação de ruas e praças no final das feiras livres. De uma maneira geral, a manutenção da limpeza e os cuidados com o que é público constituem preocupação de poucos cidadãos.

Os lugares da cidade se hierarquizam espacialmente na medida em que alguns são considerados mais importantes e melhores que outros. Esta condição resulta das diferenças oriundas da forma de apropriação do capital, dos investimentos em equipamentos coletivos proporcionados pelo poder público, de sua localização em determinado período histórico da cidade. Esses lugares aparentemente se opõem, se contradizem, todavia constituem a realidade dialética da cidade.

O trânsito urbano é um grave problema atual. Transitar pelas ruas e calçadas está cada vez mais difícil. Constantemente, calçadas são ocupadas irresponsavelmente por carros, entulhos e comércio. Tem se tornado uma aventura arriscada circular pelas vias públicas seja a pé, em veículo público ou particular. Mas, sem dúvida, para o pedestre é mais difícil porque o trânsito urbano foi e ainda é organizado para os carros e não para as pessoas. Isso sem falar dos transportes coletivos insuficientes, inseguros e inadequados e da violência crescente em todos os sentidos, que faz com que o cidadão assuma uma postura de isolamento, de desconfiança e de clausura no lar, com a ilusão de obter mais segurança e tranquilidade. Todos esses fatores contribuem para limitar a circulação, o conhecimento e o consumo da cidade.

Borja (2005, p. 21) considera que a cidade, o espaço público e a cidadania são três conceitos que dialogam dialeticamente. De acordo com esse autor, “a cidade é antes de tudo um espaço público [...] uma criação humana para que nela vivam seres livres e iguais”. Ele compreende o espaço público como uma obra coletiva, de coesão comunitária, de encontros, de trocas, de rupturas. E acentua: “é um espaço político, de formação e expressão de vontades coletivas, o espaço de representação, porém, também do conflito” (BORJA, 2005, p. 29). O espaço público é onde as pessoas se relacionam constituindo lugares da cidade com significados para a vida em comum. Desse ponto de vista, o conceito de cidade está intimamente ligado ao de cidadania. Borja (2005, p. 22) pensa “a cidadania como estatuto que garanta direitos individuais e como conjunto de direitos coletivos”. Desse modo, os homens e as mulheres do campo e da cidade necessitam (re)conquistar, cotidianamente, a cidadania e exercê-la mantendo liberdade e igualdade social em todas as instâncias e lugares da cidade.

O cotidiano da cidade ocupa destaque nos meios de comunicação diariamente. As charges e tiras de jornais reproduzem aspectos de representação usual da vida urbana, como a charge do cartunista Jorge Braga (Figura 1), em que ele satiriza um local da cidade de Goiânia remodelado com a justificativa de buscar soluções para o congestionamento do trânsito naquela região urbana. Foi um investimento de alto custo e com pouco benefício à população. Construiu-se um viaduto no cruzamento de duas importantes vias de circulação da cidade (conhecido como Praça do Ratinho, embora o nome oficial seja monumento Praça Latif Sebba), no entanto essa interferência na paisagem urbana não resolveu o problema caótico do trânsito na área além de receber várias denominações chistosas.



Figura 1 – Charge de Jorge Braga: Praça do Ratinho
Fonte: O Popular (13 dez. 2007).

Partindo dessa charge, pode-se refletir sobre vários aspectos, como: localização da obra, quem a conhece, seu custo, quem a realizou, objetivos explícitos e implícitos da construção, quem serão os beneficiados. Será que além da visão estética, da funcionalidade justificada, pode também ser mais uma opção de encontro e lazer para as pessoas que por ali circulam, ou queiram circular? Ou seja, pode ter outras funções sociais e educativas de importância fundamental para os cidadãos goianienses? E mais, pode ser considerado um lugar geográfico? Seria possível desenvolver um processo de identidade com esse local? É um lugar multifuncional? Sua existência contribui para a prática cidadã? Enfim, como é o seu consumo por quem transita na capital goiana?

A segunda tira (Figura 2), com mais imagens que discurso, espelha a decepção de Mafalda ao se deparar com a situação de desigualdade social nos lugares da cidade. Uma senhora com ar de superioridade está na porta da igreja, em um bairro que aparenta ser de moradores de melhor poder aquisitivo, e doa moedas a duas crianças maltrapilhas. Não são raros, miseráveis próximos à igreja para

aproveitarem a aglomeração de pessoas e usufruírem do sentimento de religiosidade. Mafalda observa a cena com ar de espanto e sofrimento. Fica evidente o seu sentimento de impotência diante da falta de cidadania ao tentar colar esparadrapo na alma (vocábulo que se relaciona com religião) que ficou partida ante a cena. Nesta tira, o autor apresenta uma realidade encontrada nos países capitalistas, principalmente nos do Sul, onde ainda é expressivo o número de crianças fora da escola, trabalhando, esmolando, abandonadas. A tira pode mediar a discussão sobre as contradições sociais e culturais da cidade, os seus diferentes lugares de moradia, o direito à cidadania. Pode-se ir mais além e questionar: Seria o assistencialismo social a melhor solução para a superação da pobreza?



Figura 2 – Tira de quadrinhos da Mafalda
Fonte: Quino (2003, p. 218).

Na terceira tira, do personagem Katteca (Figura 3), publicada diariamente num jornal da cidade de Goiânia, há uma denúncia da proliferação do mosquito vetor do dengue nos lugares da cidade, que motiva o pensamento sobre a resistência que ele vai adquirindo com o descaso das pessoas e autoridades. O intuito do autor é despertar as pessoas para esse grave problema que se repete a cada ano e que é um reflexo da maneira como agem nos lugares da cidade, principalmente na casa de cada uma. Por intermédio dessa produção cultural, pode-se debater sobre lugares da cidade, ambiente, cidadania e outros temas.

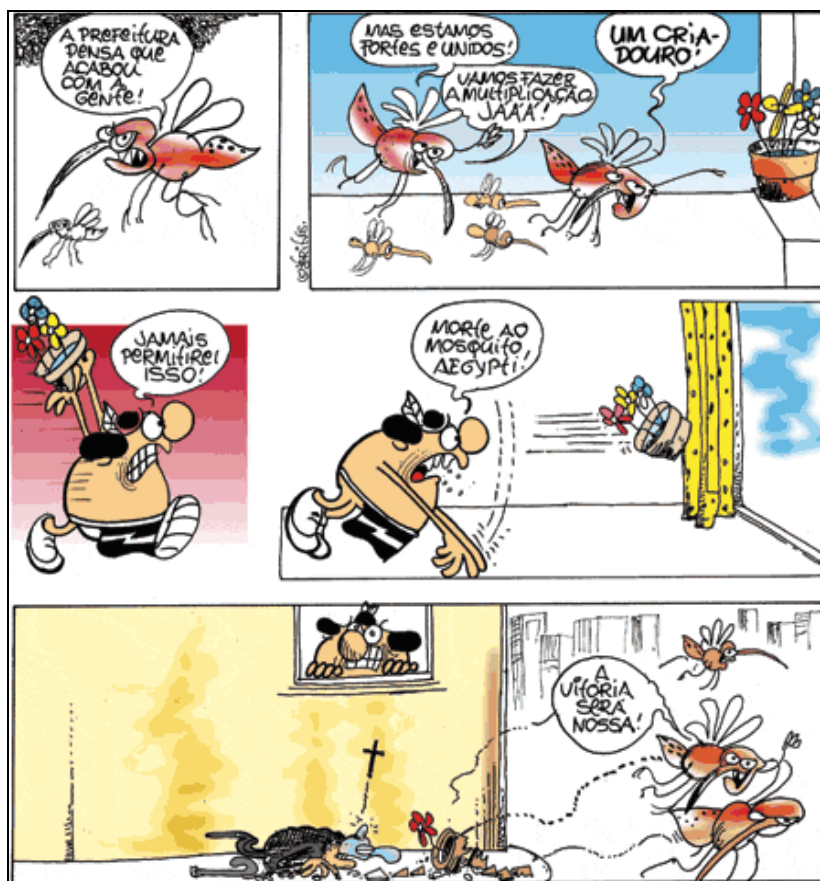


Figura 3 – Tira diária do Katteca
Fonte: O Popular (30 dez. 2007).

O direito de conhecer, de usufruir os lugares da cidade fica acentuadamente determinado pelas condições socioeconômicas da população, pelo tempo disponível, pela acessibilidade, pelas informações e pela formação de cada um. Daí a importância da escola, assim como de outros agentes da cidade para a mediação desse conhecimento, de modo que seja viabilizada uma educação preocupada com a cidadania, com o direito de utilizar, viver e conviver nos lugares da cidade.

Nesse sentido, a leitura e compreensão da cultura produzida e consumida na cidade devem fazer parte da cultura geográfica com a análise de seus aspectos expressos e subjetivos. Em relação à linguagem dos quadrinhos pode-se iniciar pelo nível mais instintivo, que é a leitura instantânea, superficial, continuar pelo nível descritivo, com a análise de seus elementos constitutivos, até a interpretação de seu conteúdo simbólico, de sua polissemia, de uma forma mais aprofundada.

O exame das imagens e discursos encontrados em charges e tiras de quadrinhos concernentes à geografia da cidade, comprova que elas contêm informações de Geografia que perpassam todas as fases do ensino básico. Como o estudo de cidade contempla temáticas ligadas ao cotidiano, é mais passível de significação para os estudantes. O acesso e interpretação da linguagem de quadrinhos possibilitam a análise de vários aspectos do viver e conviver na cidade. Além disso, a dinâmica social da cidade proporciona o contato com diversas pessoas e diversificadas expressões culturais urbanas e que em muitos aspectos é contemplada em tiras diárias ou charges. Assim, aprender a cidade, viver a cidade, compartilhar as experiências, conhecê-la por meio de diversas falas é uma oportunidade para elaborar e praticar a cidadania, na perspectiva de uma convivência com mais urbanidade.

REFLEXÕES FINAIS

É importante destacar que se verifica que as interpretações da linguagem de quadrinhos são bem mais consistentes quando se incorporam às atividades educativas, outros textos, como o próprio livro didático, reportagens, canções, filmes. Isso significa que o uso de quadrinhos e similares não exclui outras linguagens, pelo contrário, essa diversidade amplia o conhecimento crítico e estimula possibilidades interdisciplinares.

Assim, a cultura, as relações sociais dos alunos e a realidade sócio-histórica, na qual a escola se insere, permeiam as atividades educativas e influenciam a forma do diálogo professor-aluno e dos alunos entre si, uma vez que a dimensão do ensino-aprendizagem se dá na relação entre “o eu e o outro” e é historicamente formalizada pela sociedade. Vygotsky (2008) enfatiza a importância dessa relação na atividade educativa, possibilitando uma melhor compreensão de conceitos e a aquisição de novos conhecimentos, no relacionamento com o professor, na convivência com outros colegas em determinados aspectos, mais capazes. Enfim, essa situação pôde ser observada no decorrer da realização das atividades com tiras de quadrinhos e charges na sala de aula, nos discursos que os alunos elaboram em relação aos conteúdos de Geografia da cidade.

Entre as várias informações necessárias para a compreensão da linguagem dos quadrinhos, há muitas que se relacionam com as outras áreas do conhecimento. Portanto, esse dinamismo também permite fomentar realizações interdisciplinares. O próprio texto produzido pelos alunos, por exemplo, pode ser foco de análise dos estudiosos da Língua Portuguesa. Afinal, a proposição e o enfrentamento dos desafios com uma postura interdisciplinar (KAERCHER, 2001) seria uma posição sábia de cada docente, pois, além da leitura, interpretação, compreensão e produção de texto, não há como não relacionar o conteúdo das charges, cartuns e quadrinhos com economia, política, ética, história e outros. É mais uma tentativa de superação de uma prática geográfica mais tradicional e de transposição de obstáculos para a atuação com um novo posicionamento em sala de aula. Kaercher (2002, p. 225) diz ser necessário “[...] formar uma consciência espacial para a prática da cidadania. Consciência espacial como sinônimo de perceber o espaço como um elemento importante de nossa organização social, presente no cotidiano”. Nessa perspectiva, a leitura, a interpretação e a compreensão dos signos verbais (fala dos balões, títulos ou legendas) e signos visuais (expressões das imagens) dos quadrinhos podem contribuir para uma reflexão crítica sobre as categorias espaciais.

Afirma-se que essa produção cultural indicada não é de difícil acesso, principalmente para os professores. Ela é divulgada pelos meios de comunicação do cotidiano e o seu custo é relativamente baixo. No entanto, muitas pessoas não têm acesso, não a lêem, não a compreendem. Deve-se considerar que mesmo com a divulgação em jornais, revistas, *Internet*, nem todos têm possibilidades de decodificar a linguagem dos quadrinhos. Ela se destina ao público que tem condições econômicas e intelectuais de consumi-la nesses veículos de comunicação. Este é mais um motivo para se promoverem o debate de charges, cartuns e tiras de quadrinhos para mediar conteúdos didáticos. Cabe à escola motivar e “alfabetizar” os alunos na leitura dessas imagens, considerando que o autor de quadrinhos tem um olhar sensível, porém irônico da realidade da cidade. O seu ponto de vista como observador da dinâmica urbana se manifesta por meio da fala e da expressão das imagens de seus personagens. A interpretação do leitor é

subjetiva, sendo que a linguagem dos quadrinhos permite várias opções de leitura, tanto pelo discurso verbal, como pelos signos não-verbais. Por isso, o professor, agente mediador, deve ter objetivos claros e bem definidos e direcionar o olhar, as reflexões, as análises das informações em consonância com a proposição de seu trabalho, para não correr o risco de obter resultados difusos, superficiais, com conclusões precipitadas e assuntos dispersos. A atividade deve ter flexibilidade, porém a discussão necessita ter um fio condutor, ao qual o orientador deve estar atento, porque o debate deve ser delineado com vistas aos limites de seus objetivos, contudo sem desprezar o aspecto polifônico que esta linguagem proporciona nos vários discursos se cruzam e constituem um novo texto.

Mesmo sendo bastante propaladas, usadas em instrumentos de avaliação seletiva, indicada por órgãos oficiais, as produções gráficas em quadrinhos ainda não estão tão presentes nos compêndios didáticos e nas escolas. Esse fato ficou constatado na análise dos livros de Geografia mais adotados na rede pública de ensino de Goiás, no ano de 2008 (SILVA, 2010). Além disso, grande parte dos alunos, ao trabalhar com tiras de quadrinhos e obras similares, não demonstrou muita familiaridade com o uso desse material em ambiente escolar. Esse fator, em certo sentido, avaliza os resultados positivos da investigação e relativiza as dificuldades registradas na experiência com o emprego da linguagem de quadrinhos em sala de aula.

Parece não restar dúvidas sobre a eficiência dessa linguagem no processo ensino-aprendizagem. Todavia, mesmo com este consenso, é importante expressar com veemência que apenas a utilização de determinados procedimentos pedagógicos não é garantia do sucesso educacional, porque este depende de vários outros fatores, sociais, culturais, históricos, geográficos, psicológicos, econômicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. A. Cidade, cotidiano e TV. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **A Geografia na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 134-144.

_____. TV e vídeo: uma possibilidade de discussão de região. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 79, p. 49-64, 2003.

BELLOT, P. F. Prólogo. In: ALDEROQUI, S.; PENCHANSKY, P. **Ciudad y ciudadanos**. Buenos Aires: Paidós, 2002. p. 17-22.

BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Madri: Alianza Editorial, 2005. p. 21-55.

BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. **Cidade**: espaço da cidadania. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/rbraga11.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2009.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano – novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAVALCANTI, L. S. A educação geográfica e a formação de conceitos: a importância do lugar no ensino de Geografia. In: PEREIRA, M. G. (editor). **La Estudos Geográficos**, Rio Claro, 12(2): 101-114, jul./dez. 2014 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

espesura del lugar: reflexiones sobre en el mundo educativo. Santiago: Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2009. p. 135-151.

____. Cidade, cidadania e cultura urbana: espaços públicos enquanto espaço de cidadania de jovens em áreas urbanas de Goiânia. **Ciência Geográfica**, Bauru, AGB, v. 10, n. 2, 2004. p. 151-156.

____. **Geografia da Cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.

____. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CERTEAU, M. Caminhadas pela cidade. In: **Invenção do cotidiano. Arte de fazer**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 169-191.

GOMES-GRANELL, C.; VILA, I. (Coord.). **La ciudad como proyecto educativo**. Barcelona, Madrid: Ed. Octaedro, 2001. p. 11-32.

KAERCHER, N. A. A. Estudos Sociais: reflexões, conflitos e desafios. In: CASTROGIOVANI, A. C, et al. (orgs.) **Geografia em sala de aula**: práticas e reflexões. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/AGB-Seção Porto Alegre, 2001. p. 49-55.

____. O gato comeu a Geografia crítica? Alguns obstáculos a superar no ensino-aprendizagem de Geografia. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs). **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 221-231

LEFEBVRE, H. **Espacio y politica**. Barcelona, Espanha: Península, 1976.

____. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MONBEIG, P. O estudo geográfico das cidades. **Cidades: Revista Científica**, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, 2004. p. 278-314.

O POPULAR. *Britvs* [OLIVEIRA, J. L. B.]: “**Katteca**” - **tiras de quadrinhos** (4 mar. 2007-30 mar. 2008). Goiânia, 2007-2008. [Tiras publicadas de segunda-feira a sábado, no caderno Magazine].

O POPULAR. **Jorge Braga**: charges (4 mar. 2007-30 mar. 2008). Goiânia, 2007-2008. [Charges publicadas de segunda-feira a sábado, no caderno Cidades].

QUINO, J. L. **Toda Mafalda**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEABRA, O. C. L. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. **Cidades: Revista científica**, Presidente Prudente, v. 1, n. 2, 2004. p. 169-206.

SILVA, E. I. **A linguagem dos quadrinhos na mediação do ensino de Geografia**: charges e tiras de quadrinhos no estudo de cidade, 2010. Tese (Doutorado em

Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

_____. Charge, cartum e quadrinhos: linguagem alternativa no ensino de Geografia. **Revista Solta a Voz**, Goiânia, v. 18, n.1, p. 41-49, jan./jun. 2007.

SILVA, E. I.; CAVALVANTI, L. S. A educação geográfica, cidade e cidadania. *Apogeo - Revista da Associação de Professores de Geografia*, Lisboa, n. 35, p. 11-20, dez. 2008.

VINTRÓ, E. Educación, escuela, ciudad: el proyecto educativo de la ciudad de Barcelona. In: GOMES-GRANELL, C.; VILA, I. (Coord.). **La ciudad como proyecto educativo**. Barcelona: Octaedro, 2001. p. 33-52.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Artigo submetido em: 01/07/2014

Aceito para publicação em: 23/12/2014

Publicado em: 22/04/2015